

**REPOSITÓRIOS INSTITUCIONAIS DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO E PESQUISA
BRASILEIRAS: GESTÃO, DIREITOS AUTORAIS E DIGITALIZAÇÃO DE TRABALHOS
ACADÊMICOS IMPRESSOS** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.008-007>**Grasiella Ribeiro Monteiro Pessanha**

Mestranda em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação

Instituição: Instituto Federal Fluminense Campus Campos Guarus

E-mail: grasiella@gmail.comORCID: <https://orcid.org/0009-0007-9658-8775>**Diego da Silva Sales**

Doutor em Engenharia e Ciências dos Materiais

Instituição: Instituto Federal Fluminense Campus Campos Guarus

E-mail: dsales@iff.edu.brORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4462-7150>**Fabília Pires Pimenta**

Doutora em Ciências Médicas

Instituição: Instituto Carlos Chagas - Fundação Oswaldo Cruz, Fiocruz Paraná

E-mail: fabricia.pimenta@fiocruz.brORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2315-1974>**RESUMO**

Os Repositórios Institucionais (RIs) têm um papel fundamental na preservação e compartilhamento do conhecimento científico, garantindo que a produção científica seja acessível ao público. No Brasil, diversas instituições de ensino e pesquisa têm adotado essas plataformas, mas ainda enfrentam desafios importantes, como às políticas de direitos autorais e à digitalização dos trabalhos acadêmicos impressos nos acervos. Esta pesquisa analisou a percepção dos representantes dos RIs sobre essas dificuldades. Trata-se de um trabalho de abordagem qualiquantitativa, exploratório, descritivo, bibliográfico e documental. A coleta de dados ocorreu por meio de um questionário online, respondido por 40 representantes de RIs durante o II Encontro da Rede Brasileira de Repositórios Digitais. Os resultados mostram que houve avanços na implementação dessas plataformas, mas ainda há desafios consideráveis, como a falta de políticas institucionais bem definidas, a resistência de alguns autores ao depósito de seus trabalhos e as dificuldades na digitalização dos trabalhos acadêmicos impressos. Além disso, a maioria dos entrevistados avaliou o conhecimento dos autores sobre direitos autorais como médio a muito baixo, o que pode comprometer a adesão aos repositórios. Por fim, conclui-se que é essencial que as instituições de ensino e pesquisa aprimorem suas políticas institucionais, capacitem gestores e pesquisadores e estabeleçam diretrizes mais claras para a gestão dos RIs.

Palavras-chave: Repositório Institucional; Direitos Autorais; Política; Trabalho Acadêmico Impresso.



1 INTRODUÇÃO

O progresso das tecnologias de informação e comunicação, aliado ao movimento de acesso aberto, favoreceu a criação de ferramentas e oportunidades que ampliaram a divulgação do conhecimento científico, tornando-o acessível para toda a comunidade. Com o início desse movimento, os Repositórios Institucionais (RIs) surgiram como uma ferramenta capaz de cumprir esse objetivo (Almeida; Oliveira; Rosa, 2019; Kyprianos; Lygnou, 2022; Pimenta *et al.*, 2015).

Os repositórios têm como objetivo armazenar, preservar e compartilhar a produção científica, artística e cultural das instituições, orientado por políticas institucionais que garantem sua organização e funcionamento. Os RIs integram redes de intercâmbio de pesquisas importantes no cenário brasileiro e contribuem para o aumento da visibilidade da instituição, do corpo docente e dos trabalhos desenvolvidos (Almeida; Oliveira; Rosa, 2019; Trindade; Silva, 2017).

A implementação dos repositórios nas instituições teve como objetivo ampliar a visibilidade e o reconhecimento institucional, garantir a preservação dos acervos físicos e digitais e viabilizar o acesso global às pesquisas desenvolvidas localmente. Contudo, a implementação e a gestão desses repositórios ainda esbarram em obstáculos, como a ausência de políticas claras de direitos autorais, a resistência dos autores e as dificuldades na digitalização e disponibilização de trabalhos acadêmicos impressos (Kyprianos; Lygnou, 2022; Roy; Biswas; Mukhopadhyay, 2023).

[...] o processo de gerenciamento de RI envolve, além do uso de tecnologias eletrônicas de construção de bancos de dados e de mecanismos de busca, o estabelecimento de políticas que estabeleçam diretrizes quanto aos agentes e as tarefas do processo de entrada de dados, além de questões relativas à organização da informação (Trindade; Silva, 2017, p. 2).

Diante desse cenário, esta pesquisa busca responder à seguinte questão problema: Como as instituições de ensino e pesquisa brasileiras estão lidando com os desafios de implementação e gestão dos repositórios institucionais, considerando as políticas de direitos autorais, a digitalização e disponibilização dos trabalhos acadêmicos impressos? Para isso, este trabalho tem como objetivo analisar a percepção dos representantes dos RIs dessas instituições sobre a implementação e gestão dessas plataformas, com foco nos desafios das políticas de direitos autorais, da digitalização e disponibilização do acervo de trabalhos acadêmicos impressos.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva, bibliográfica, documental com abordagem qualiquantitativa, visto que busca dar maior familiaridade ao tema, investigar as características de uma determinada população relacionando variáveis e se baseia em materiais publicados como artigos, livros, relatórios, legislação e regulamentos. Além disso, visa utilizar métodos estatísticos para quantificar



tudo que for possível e também evidenciar significados e atitudes que não podem ser resumidos em operações com variáveis (Gil, 2002; Minayo, 2002; Prodanov; Freitas, 2013).

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário online composto por 14 perguntas (nove objetivas e cinco discursivas), apresentado no Quadro 1. Esse questionário foi aplicado por meio de uma pesquisa de opinião pública sobre a percepção dos representantes dos repositórios institucionais (RI) das instituições de ensino e pesquisa brasileiras em relação às políticas de direitos autorais, a digitalização e disponibilização dos trabalhos acadêmicos impressos. Para garantir a clareza e a efetividade do questionário, foi conduzido um teste preliminar com uma amostra limitada.

Quadro 1 - Questionário aplicado aos representantes dos RIs.

1	Há quanto tempo o repositório institucional da sua universidade está em operação? *	8	Caso tenha política de direitos autorais para os trabalhos acadêmicos impressos: Você poderia compartilhar o link? **
2	Como você avalia a implementação das políticas de direitos autorais no repositório da sua universidade? *	9	Caso tenham sido digitalizados e disponibilizados na intranet: Por qual motivo os trabalhos acadêmicos foram disponibilizados apenas na intranet e não depositados no repositório? **
3	Antes da implementação do repositório, os trabalhos acadêmicos impressos eram arquivados na biblioteca da sua universidade? *	10	Na sua opinião, quais são os maiores desafios enfrentados na implementação das políticas de direitos autorais no repositório? *
4	Os trabalhos acadêmicos impressos da sua universidade foram digitalizados e depositados no repositório? *	11	Como você classifica o nível de conhecimento dos autores sobre as políticas de direitos autorais no repositório? *
5	Caso tenham sido digitalizados e depositados no repositório: Como os trabalhos acadêmicos impressos, anteriores à implementação do repositório, foram depositados sem violar direitos autorais? **	12	Na sua opinião, qual é a percepção geral dos autores quanto aos seus trabalhos acadêmicos depositados no repositório?
6	Caso tenham sido digitalizados e depositados no repositório: Os autores dos trabalhos acadêmicos impressos autorizaram o depósito no repositório? *	13	Você poderia compartilhar o link da política de direitos autorais do repositório da sua universidade? **
7	Caso tenham sido digitalizados e depositados no repositório: O repositório possui uma política de direitos autorais específica para os trabalhos acadêmicos impressos digitalizados? *	14	Gostaria de fazer algum comentário adicional sobre as políticas de direitos autorais no repositório institucional ou sobre destinação dos trabalhos acadêmicos impressos? **

* Pergunta objetiva / ** Pergunta discursiva

Fonte: Autoria própria.

As entrevistas ocorreram durante o II Encontro da Rede Brasileira de Repositórios Digitais, realizado no Rio de Janeiro entre 1 e 2 de agosto de 2024, que aconteceu de forma híbrida (online e presencial) e contou com a participação de pesquisadores, estudantes e representantes de repositórios (Fiocruz, 2024). Cabe ressaltar que foram entrevistados apenas representantes de RIs e como não foi possível identificar a quantidade exata desses profissionais, considerou-se uma amostra de 40 participantes, não identificados e selecionados aleatoriamente. Alguns respondentes ainda solicitaram preencher o questionário posteriormente, e por isso foram aceitas respostas até 31 de agosto de 2024.



A pesquisa foi realizada em conformidade com as diretrizes éticas estabelecidas pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde. De acordo com os artigos 1º e 2º dessa resolução, pesquisas de opinião pública que não envolvem a identificação dos participantes estão dispensadas de registro ou avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) ou pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (Brasil, 2016).

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana, na forma definida nesta Resolução.

Parágrafo único. Não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP:

I - pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; [...]

Art. 2º Para os fins desta Resolução, adotam-se os seguintes termos e definições: [...]

XIV - pesquisa de opinião pública: consulta verbal ou escrita de caráter pontual, realizada por meio de metodologia específica, através da qual o participante, é convidado a expressar sua preferência, avaliação ou o sentido que atribui a temas, atuação de pessoas e organizações, ou a produtos e serviços; sem possibilidade de identificação do participante; [...]

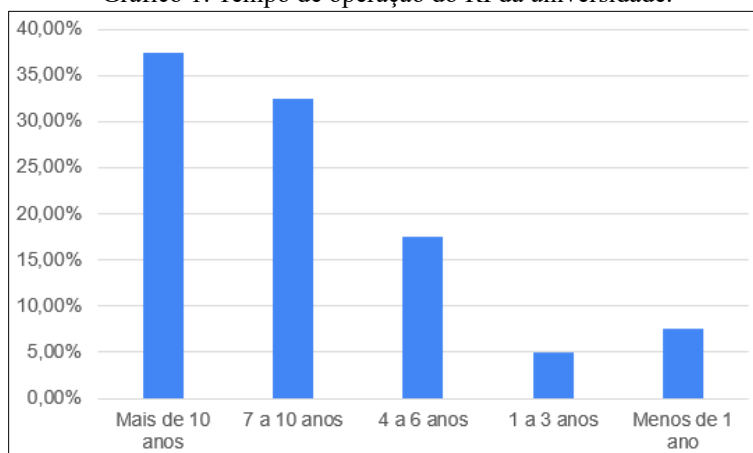
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa entrevistou 40 representantes de Repositórios Institucionais (RIs) de instituições de ensino e pesquisa brasileiras para compreender como esses profissionais percebem as políticas de direitos autorais implementadas. Os dados foram coletados por meio de uma pesquisa de opinião pública, sem identificação dos participantes, que foram selecionados aleatoriamente durante o II Encontro da Rede Brasileira de Repositórios Digitais, realizado no Rio de Janeiro entre 1 e 2 de agosto de 2024 (Fiocruz, 2024).

A Rede Brasileira de Repositórios Digitais, constituída em 2021, congrega as Redes Regionais dos Repositórios Digitais das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a partir da assessoria do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). A Rede Brasileira tem por intuito, além da disseminação da produção científica das instituições associadas, o compartilhamento de conhecimento entre os associados. Dessa forma, o Encontro da Rede Brasileira se mostrou como um evento com público-alvo qualificado para a presente pesquisa, posto que tinha como audiência os gestores de RIs de todo o Brasil, de instituições de ensino e pesquisa, públicas e privadas (Fiocruz, 2024).

Quanto ao tempo de funcionamento dos RIs, os resultados revelaram que 37,5% dos entrevistados indicaram que os repositórios estão em operação há mais de 10 anos. Outros 32,5% apontaram um período entre 7 e 10 anos, enquanto 17,5% mencionaram entre 4 e 6 anos. Apenas 7,5% dos repositórios foram implementados há menos de um ano e 5% entre 1 a 3 anos. Isso demonstra que a maioria das instituições (70%) mantém seus repositórios há mais de sete anos, como ilustrado no Gráfico 1.

Gráfico 1: Tempo de operação do RI da universidade.

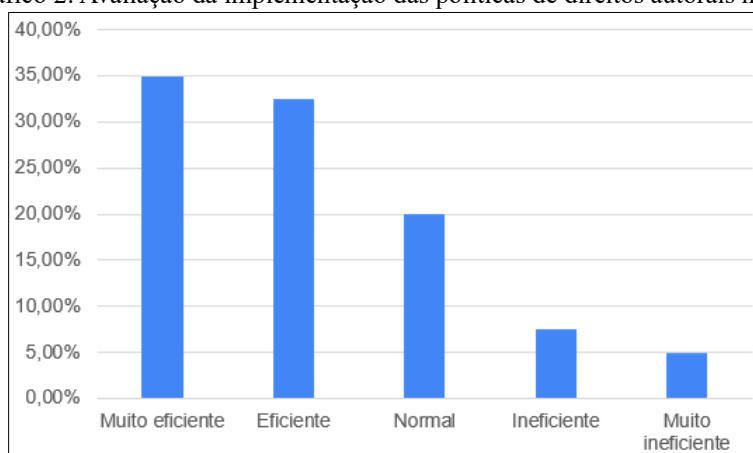


Fonte: Autoria própria.

A presença de 7,5% de RIs criados há menos de um ano sugere que, embora a adoção dessas plataformas seja consolidada em diversas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, novas iniciativas ainda estão surgindo. Em outros países, esse processo tem sido mais lento. Na Nigéria, por exemplo, um estudo realizado por Oberhiri-Orumah e Baro (2023) analisou 170 universidades e identificou que apenas 25 possuíam RIs. Os autores destacaram desafios como falta de recursos, ausência de políticas claras e dificuldades relacionadas a direitos autorais e preservação digital.

No que se refere à avaliação da implementação das políticas de direitos autorais nos RIs, 35% dos respondentes classificaram como muito eficiente, 32,5% como eficiente, 20% como normal e 12,5% como ineficiente ou muito ineficiente. Assim, a percepção positiva predomina entre os entrevistados (67,5%), conforme mostra o Gráfico 2.

Gráfico 2: Avaliação da implementação das políticas de direitos autorais no RI.



Fonte: Autoria própria.

A classificação positiva atribuída pelos representantes dos RIs indica que as políticas adotadas pelas instituições são bem estruturadas, um fator essencial para o sucesso dos repositórios. Segundo Imoro e

Saurombe (2024), políticas claras garantem a preservação do conhecimento e o acesso público aos dados científicos. No entanto, Roy, Biswas e Mukhopadhyay (2023) analisaram 66 repositórios cadastrados nas bases OpenDOAR, ROAR e ROARMAP e destacaram que a falta de diretrizes sobre submissão de conteúdos, acesso e licenciamento pode comprometer a adesão dos pesquisadores.

Quando questionados sobre o destino dos trabalhos acadêmicos impressos antes da implementação dos repositórios, 92,5% dos entrevistados afirmaram que esses documentos eram arquivados na biblioteca da universidade, enquanto 7,5% relataram que não havia um local específico para armazenamento. Sobre a digitalização e o depósito desses trabalhos, 65% indicaram que não os digitalizaram, 25% os digitalizaram e os depositaram no repositório, e 10% apenas digitalizaram.

De acordo com Baro e Nwabueze-Echedom (2023), a falta de recursos financeiros e a instabilidade tecnológica dificultam a conversão do acervo físico para digital, principalmente em países em desenvolvimento. Além disso, Baro, Godfrey e Eze (2014) ressaltam que muito estudantes se preocupam com o uso indevido de seus trabalhos disponibilizados online. No entanto, a digitalização apresenta vantagens como a economia de espaço, a preservação de longo prazo e maior acessibilidade à produção científica.

Para os entrevistados que digitalizaram e depositaram os trabalhos acadêmicos impressos nos RIs (25%), foi questionado como realizaram o depósito sem infringir direitos autorais. Desses, 50% informaram que solicitaram a assinatura de um termo de autorização. Os demais adotaram estratégias distintas, incluindo:

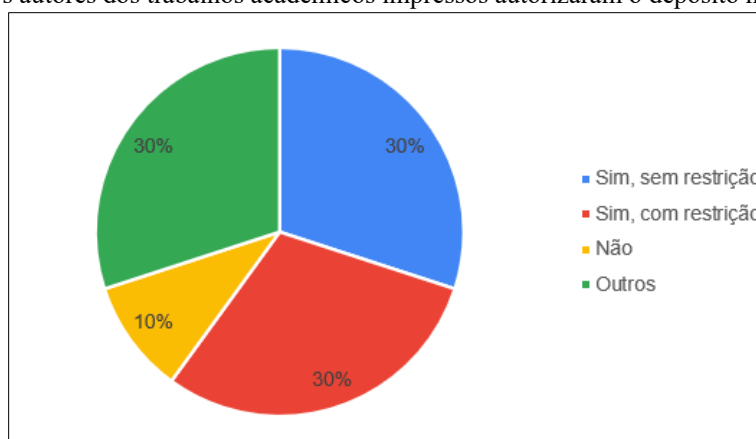
- “Os trabalhos que não tinham permissão para acesso livre, foram colocados com notas de acesso restritos.”;
- “Considerou os trabalhos acadêmicos como patrimônio da universidade, logo os alunos cedem o direito à biblioteca.”;
- “Foi criado um processo com suporte da procuradoria institucional para amparar a decisão.”;
- “Foram identificadas brechas na interpretação da Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9610/1998, o Art. 7º § 3º)”, que protege apenas a forma literária e artística, mas não o conteúdo técnico e científico (Brasil, 1998).

Além disso, esse último entrevistado citou a Portaria nº 360/2022 do Ministério da Educação (MEC), que exige a disponibilização obrigatória de acervo acadêmico em meio digital (Brasil, 2022). O respondente explicou ainda que os autores podem solicitar o embargo do texto caso ele contenha dados sigilosos ou seja passível de pedido de patente.

Quanto à autorização dos autores para o depósito de trabalhos acadêmicos impressos no repositório, 30% autorizaram sem restrições, 30% com restrições e 10% não autorizaram, como mostra o Gráfico 3. Outros 30% selecionaram a opção “Outros” e relataram:

- “Por serem os trabalhos antigos, eles deixavam na biblioteca com uma declaração de autorização”;
- “Alguns trabalhos foram depositados com restrições, por isso estão embargados, mas a maioria autorizou”.

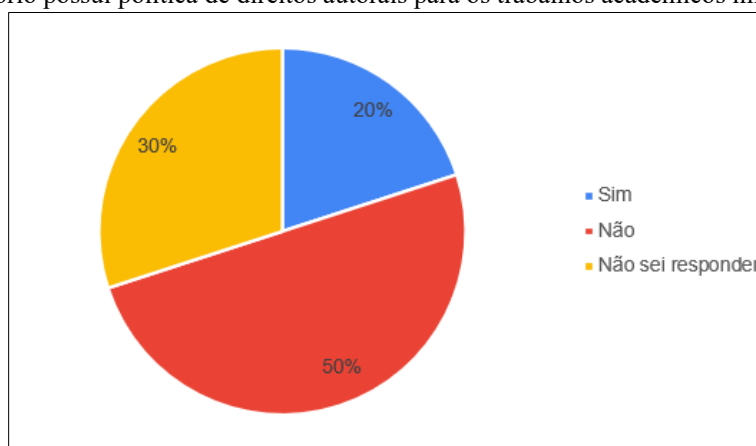
Gráfico 3: Os autores dos trabalhos acadêmicos impressos autorizaram o depósito no repositório?



Fonte: Autoria própria.

Sobre a existência de uma política de direitos autorais específicas para os trabalhos acadêmicos impressos digitalizados nos RIs, apenas 25% dos entrevistados forneceram resposta. Desses, 50% afirmaram não possuem política específica, 30% não souberam responder e 20% indicaram ter uma política dedicada, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4: O repositório possui política de direitos autorais para os trabalhos acadêmicos impressos digitalizados?



Fonte: Autoria própria.

Entre os que indicaram possuir política, apenas um compartilhou um link de acesso, correspondente à Resolução CEPE nº 90/2015 da Universidade Federal de Lavras (UFLA), que no seu artigo 1º autoriza a disponibilização da coleção já existente de teses e dissertações no RIUFLA sem a necessidade de autorização prévia dos autores (UFLA, 2015, p. 2):

Art. 1º Autorizar a disponibilização da coleção retrospectiva de teses e dissertações em formato digital e acesso online, no Repositório Institucional da UFLA (RIUFLA), sem anuência prévia dos autores.

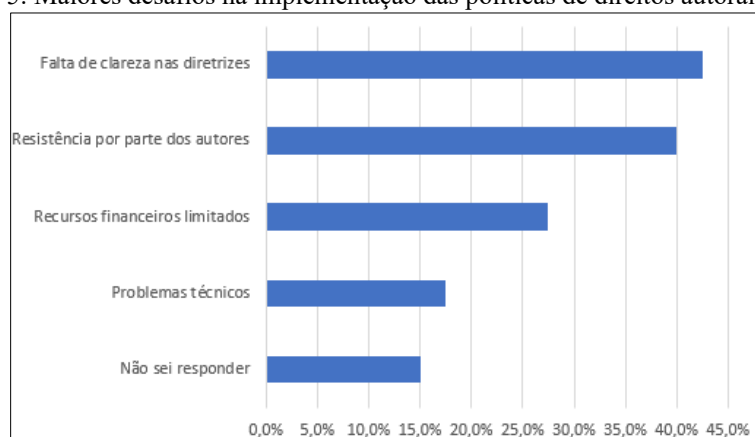
Entretanto, a Resolução também prevê restrições a pedido dos autores ou orientadores, conforme o parágrafo único do artigo 4º (UFLA, 2015, p. 2):

Art. 4º A aplicação do disposto nesta Resolução deverá observar os ditames impostos pelas Leis nº 9.610/98, 10.973/04, 9.456/97, 9.609/98 e 9.279/96, bem como as demais normas legais concernentes.

Parágrafo Único. Caberá ao autor ou orientador a solicitação de restrição quanto à divulgação de teses e dissertações com pedidos de patente ou qualquer embargo similar.

No que diz respeito aos desafios na implementação das políticas de direitos autorais nos RIs, os principais pontos destacados foram: falta de clareza nas diretrizes (42,5%), resistência por parte dos autores (40%), recursos financeiros limitados (27,5%) e problemas técnicos (17,5%), como ilustrado no Gráfico 5.

Gráfico 5: Maiores desafios na implementação das políticas de direitos autorais nos RIs.



Fonte: Autoria própria.

Além desses desafios, os entrevistados mencionaram problemas adicionais, como:

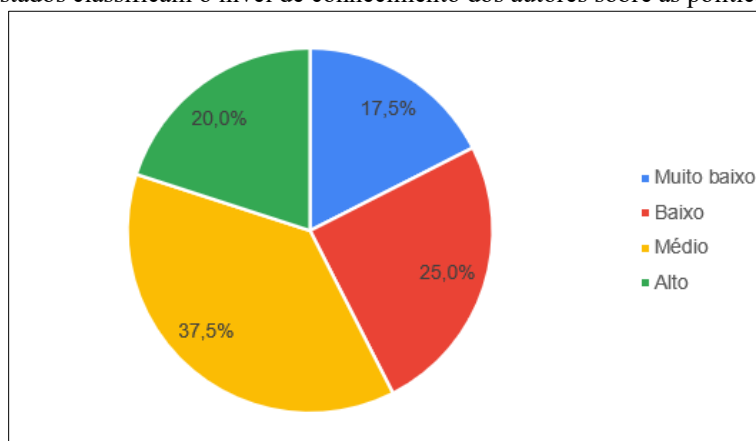
- “Falta de discussão pela comunidade acadêmica sobre o tema”;
- “Não capacitação da equipe para execução das atividades”;
- “Falta de uma equipe capacitada no conhecimento dos direitos autorais para elaboração da política”;
- “Não conhecimento da Lei”;

- “O fato de a Lei de Direito Autoral ser muito restrita”;
- “Necessidade de um período para envolver a comunidade acadêmica a se conscientizar dos benefícios”; e
- “A falta de entendimento do que seja bem público”.

Os desafios mencionados pelos entrevistados estão em consonância com os achados de Baro e Nwabueze-Echedom (2023) e Oberhiri-Orumah e Baro (2023), que identificaram barreiras como a falta de financiamento, instabilidade na internet, escassez de pessoal qualificado e resistência dos docentes em disponibilizar seus trabalhos nos RIs.

Outro aspecto analisado foi a percepção dos representantes dos RIs sobre o nível de conhecimento dos autores em relação às políticas de direitos autorais do repositório. Conforme apresentado no Gráfico 6, 37,5% dos entrevistados classificaram esse conhecimento como médio, 25% como baixo, 20% como alto e 17,5% como muito baixo. Nenhum respondente avaliou o conhecimento dos autores como muito alto, o que pode impactar negativamente a sustentabilidade dos repositórios.

Gráfico 6: Como os entrevistados classificam o nível de conhecimento dos autores sobre as políticas de direitos autorais no RI?

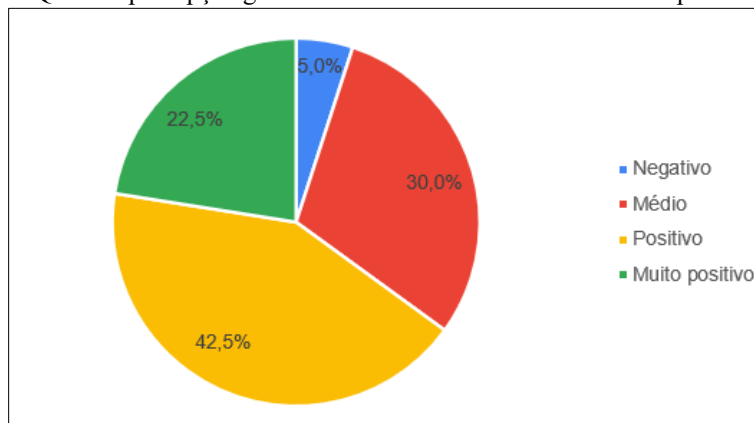


Fonte: Autoria própria.

Os resultados corroboram as conclusões de Baro e Nwabueze-Echedom (2023), Oberhiri-Orumah e Baro (2023) e Posigha e Osievo (2022), que apontaram que a resistência dos docentes em depositar seus trabalhos aos RIs muitas vezes decorre da falta de informação sobre as políticas dos repositórios.

Sobre a percepção dos representantes dos RIs quanto à visão geral dos autores em relação aos seus trabalhos depositados no repositório, 42,5% dos entrevistados indicaram que os autores consideram a experiência positiva, 30% classificam como média e 22,5% como muito positiva. Esses dados mostram que 65% dos autores percebem a disponibilização de seus trabalhos nos repositórios de maneira satisfatória, conforme apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7: Qual é a percepção geral dos autores sobre seus trabalhos depositados no RI?



Fonte: Autoria própria.

Outro ponto investigado foi a disponibilização do link de política de direitos autorais do RI pelas instituições. Apenas 28% dos respondentes forneceram links, conforme listado no Quadro 2. No entanto, ao analisar individualmente esses links, constatou-se que apenas 13% realmente correspondiam às políticas dos repositórios, enquanto os demais 15% referiam-se apenas a termos de autorização.

Quadro 2: Links dos repositórios e dos termos de autorização.

Links	Tipo
https://ufape.edu.br/deposito-trabalhos-academicos-artigos-dissertacoes-es-monografias	Termo de autorização
https://repositorio.ufra.edu.br/jspui/Termo_Autorizacao_RIUFRA-2023.pdf	Termo de autorização
http://ufvjm.edu.br/biblioteca/repositorioinstitucional.html	Termo de autorização
https://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/sobre/Termo_Autorizacao_Publicacao_Externa.pdf	Termo de autorização
https://www2.ifal.edu.br/o-ifal/pesquisa-pos-graduacao-e-inovacao/repositorio-institucional/politica-do-repositorio	Termo de autorização
https://www.repositorio.ufop.br/server/documents/termo_autorizacao_autor.docx	Termo de autorização
https://ri.ufrb.edu.br/regulamentacao.jsp	Política do Repositório e Termo de autorização
https://pantheon.ufrj.br/terms/terms.jsp	Política do Repositório
https://docs.uft.edu.br/share/s/GNW8QdQ7SKKCM4VAN05wSQ	Política do Repositório
https://bibliotecas.ufs.br/uploads/page_attach/path/18972/ResolucaoCONEPE162023.pdf	Política do Repositório
https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/portaria_-_politica_de_acesso_aberto_ao_conhecimento_na_fiocruz.pdf	Política do Repositório

Fonte: Autoria própria.

A análise revelou que 72% dos entrevistados afirmaram que suas instituições ainda não possuem uma política de direitos autorais formalizada para os RIs. Os relatos destacaram diferentes abordagens adotadas pelas instituições:

- “Não temos uma política específica estabelecida para os direitos autorais. Embora os termos de autorização sejam recolhidos pelas bibliotecas, nos casos dos depósitos mediados, e no ato do autodepósito de algumas tipologias diretamente no repositório.”
- “Temos um formulário de autorização do depósito para os autores do trabalho e não uma política específica.”
- “Adota-se a Lei de Direito Autoral e a Licença de distribuição não exclusiva como respaldo para as publicizações.”
- “O documento não está pronto, por enquanto existe apenas um termo que autoriza a divulgação ou não da dissertação/tese pelo aluno.”
- “A política do RIIFPE para direito autoral será construída. Hoje é apenas com base na licença Creative Commons e na Lei de Direito Autoral.”
- “Não possuímos um link. Finalizando o trabalho, o aluno recebe um documento para preencher, cedendo os direitos e determinando a partir de qual data será o acesso ao objeto.”
- “Ainda não existe uma política de direitos autorais institucionalizada, encontra-se em fase de elaboração. Adotamos orientações legais e a Licença Creative Commons.”
- “Não temos uma política, temos um Termo de autorização de publicação no RI e disponibilizamos no RI o link das licenças Creative Commons.”
- “As informações sobre os direitos autorais estão no Termo de Ciência e de Autorização.”

Esses depoimentos indicam que diversas instituições ainda utilizam apenas termos de autorização em vez de políticas estruturadas, o que pode gerar lacunas na proteção dos direitos autorais e na regulamentação do uso dos trabalhos. Algumas instituições estão em fase de elaboração das suas políticas, enquanto outras adotam a Licença Creative Commons e a Lei de Direito Autoral como base para suas diretrizes.

A formalização de políticas claras de direito autorais nos RIs é essencial para assegurar a preservação e disseminação do conhecimento científico de maneira sustentável. Estudos como o de Baro e Nwabueze-Echedom (2023), Imoro e Saurombe (2024) e Roy, Biswas e Mukhopadhyay (2023) destacam que as diretrizes bem definidas fortalecem os repositórios, garantindo conformidade com a legislação e incentivando a adesão dos pesquisadores.

Os participantes da pesquisa tiveram a oportunidade de deixar comentários adicionais sobre as políticas de direitos autorais no RI e sobre dos trabalhos acadêmicos impressos. Embora nem todos tenham se manifestado, os relatos a seguir sintetizam percepções importantes:

- “Os repositórios institucionais desempenham um papel importante na promoção da integridade acadêmica e na prevenção do plágio. Eles são plataformas digitais onde instituições armazenam

e disponibilizam a produção intelectual de seus membros, como teses, dissertações, artigos e outros trabalhos acadêmicos. Ao cumprir a legislação sobre direitos autorais, esses repositórios ajudam a assegurar que as obras sejam corretamente creditadas e protegidas.”

- “Ainda iremos atuar nesse trâmite futuramente, enviando o termo de autorização para os alunos e solicitando que nos envie, caso queiram que seja disponibilizado no RI/UFVJM.”
- “Estamos elaborando a política de direitos autorais do nosso RI. Antes do RIUFAL existia a BDTD (criada em 2006) e todas as publicações da BDTD migraram para o repositório. Os trabalhos antes dessa data (2006) não possuíam a obrigatoriedade de estar numa plataforma digital e estão nas estantes da biblioteca. Estamos estudando qual a melhor destinação dos impressos, se o melhor seria uma chamada pública dos autores para podermos fazer a digitalização dos mesmos. Tudo, estará sendo discutido e avaliado na política de direitos autorais.”
- “Acredito que a publicação no Repositório seja uma garantia a mais que autor tem da sua produção textual. Uma vez que o trabalho ficou apenas na estante, dificulta muito a identificação de plágio em caso de uso indevido por outro pesquisador. Muitos se negam ou solicitam embargo em suas pesquisas, mas não atentam para o risco aumentado que correm com essa postura.”
- “A digitalização do acervo retrospectivo de teses/dissertações é feita sob demanda, na sequência solicitamos ao autor a autorização.”
- “Com a implementação do repositório, foi decidido que nenhuma biblioteca deveria sob nenhuma hipótese armazenar TCCs de graduação e especialização impressos. As bibliotecas e as secretarias acadêmicas que armazenavam essas produções lhes foi facultado a destinação final – digitalização e hospedagem apenas no repositório ou descarte. Após a portaria 360/2022 nem mesmo as dissertações e teses são armazenadas em meio impresso e já estamos digitalizando todo o acervo impresso para que sejam hospedados no repositório.”

Esses depoimentos mostram que as instituições enfrentam desafios significativos na digitalização e disponibilização de trabalhos acadêmicos impressos que foram produzidos antes da implementação dos RIs. Entre os principais obstáculos citados estão a necessidade de autorização dos autores, a adaptação das políticas institucionais e as decisões sobre o destino dos documentos físicos.

Além disso, a portaria MEC nº 360/2022, mencionada por um dos entrevistados, tem sido um fator determinante para essas mudanças. A partir 1º de agosto de 2022, as Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino não podem mais exigir a entrega de documentos físicos.



Dessa forma, os resultados evidenciam que, embora a implementação dos RIs tenha avançado, ainda há desafios a serem superados, especialmente na definição de políticas de direitos autorais e na conscientização da comunidade acadêmica sobre os benefícios da disponibilização online dos trabalhos acadêmicos.

4 CONCLUSÃO

Este trabalho analisou a percepção dos representantes dos repositórios institucionais das instituições de ensino e pesquisa brasileiras em relação a implementação e gestão dessas plataformas. Os resultados indicam que apesar dos avanços na implementação desses repositórios, ainda existem desafios importantes, como a ausência de políticas de direitos autorais bem definidas, a resistência de alguns autores em depositar seus trabalhos e algumas questões relacionadas à necessidade de autorização dos autores para disponibilização dos trabalhos acadêmicos impressos.

O nível de conhecimento dos autores em relação às políticas de direitos autorais variou de médio a muito baixo, destacando-se como um ponto de atenção, visto que pode afetar diretamente a adesão aos RIs e a preservação da produção científica. Além disso, a resistência dos autores em depositar seus trabalhos nos repositórios pode estar relacionada à falta de informações claras e a preocupações com violações de direitos autorais.

Diante desse cenário, torna-se essencial que as instituições de ensino e pesquisa aprimorem suas políticas, promovam capacitações sobre direitos autorais e estabeleçam diretrizes mais claras para a implementação e gestão sustentável dos repositórios. A Portaria MEC nº 360/2022 representa um marco regulatório para as IES da rede federal, promovendo a digitalização e demandando novas estratégias para a gestão dos RIs.

Por fim, como trabalhos futuros, recomenda-se a investigar os impactos dessas políticas na adesão dos pesquisadores aos repositórios. Além disso, a análise de boas práticas adotadas por instituições com políticas mais consolidadas pode contribuir para o desenvolvimento de um modelo mais eficiente e sustentável de gestão dos RIs no Brasil.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. R. de; OLIVEIRA, B. M. J. F. de; ROSA, M. N. B. Repositórios digitais como espaços de memória e disseminação de informação. [s. l.], 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/48331>. Acesso em: 15 mar. 2025.
- BARO, E. E.; GODFREY, V. Z.; EZE, M. E. Electronic Theses and Dissertations Initiatives: A Survey of University Libraries in Nigeria. *International Information and Library Review*, [s. l.], v. 46, n. 1–2, p. 41–50, 2014.
- BARO, E. E.; NWABUEZE-ECHEDOM, A. U. An evaluation of institutional repository development in African universities. *IFLA Journal*, [s. l.], v. 49, n. 1, p. 18–38, 2023.
- BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 1 jun. 2024.
- BRASIL. Portaria Nº 360 de 18 de maio de 2022. Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital. Brasília, 2022. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-mec-360-2022-05-18.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2025.
- BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de Abril de 2016. Brasília, 7 abr. 2016. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.
- FIOCRUZ. Relatório do evento II Encontro da Rede Brasileira de Repositórios Digitais: 01 e 02 agosto 2024. [S. l.]: Fiocruz/Icict; FGV/RJ, 2024. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/65836>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo - SP: Editora Atlas, 2002. Disponível em: <http://public.ebookcentral.proquest.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=3236025>. Acesso em: 6 jan. 2022.
- IMORO, O.; SAUROMBE, N. The role of institutional policies in the sustainability of institutional repositories in Africa: A reflection from Ghana. *Journal of Information Science*, [s. l.], p. 01655515231220167, 2024.
- KYPRIANOS, K.; LYGNOU, E. Institutional repositories and copyright in Greek academic libraries. *JLIS.it*, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 92–112, 2022.
- MINAYO, M. C. de S. Pesquisa Social: Teoria, Método E Criatividade. Petrópolis - RJ: Editora Vozes, 2002.
- OBERHIRI-ORUMAH, G.; BARO, E. E. The extent of building and managing local contents in institutional repositories: a survey of tertiary institution libraries in Nigeria. *Global Knowledge, Memory and Communication*, [s. l.], v. 72, n. 4–5, p. 464–483, 2023.
- PIMENTA, F. P. *et al.* O Direito de autor no movimento de acesso livre e aberto, um estudo sob a ótica das editoras científicas. [s. l.], 2015. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/27059>. Acesso em: 15 maio 2024.
- POSIGHA, E. B.; OSIEVO, L. Content recruiting: Obstacle to institutional repository development in university libraries in Nigeria and South Africa. *Information Development*, [s. l.], 2022. Disponível em:



<https://www.scopus.com/inward/record.uri?eid=2-s2.0-85131412184&doi=10.1177%2f02666669221105468&partnerID=40&md5=4ef27c4112d1cba6afdf2754e280010d>.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2ªed. Novo Hamburgo - RS: Feevale, 2013. Disponível em: Acesso em: 18 jul. 2023.

ROY, B. K.; BISWAS, S. C.; MUKHOPADHYAY, P. Access Policies in Institutional Digital Repositories: Analysis of Global Trends. International Journal of Information Science and Management, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 245–269, 2023.

TRINDADE, A. S. C. E. da; SILVA, J. D. O. da. Apreciação comparativa dos repositórios institucionais das instituições federais de ensino superior atuantes na cidade do Natal: políticas, povoamento, estruturação. Revista Informação na Sociedade Contemporânea, [s. l.], v. 1, p. 1–21, 2017.

UFLA. Resolução CEPE nº 090, de 24 de março de 2015. Lavras, 2015. Disponível em: <http://www.biblioteca.ufla.br/wordpress/wp-content/uploads/res090-2015.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2024.